



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA
ESCOLA INCLUSIVA**

Gracilene Lima de Vargas

ENCRUZILHADA DO SUL, RS, Brasil

2010

**PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A CONSTRUÇÃO
DE UMA ESCOLA INCLUSIVA**

por

Gracilene Lima de Vargas

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**ENCRUZILHADA DO SUL, RS, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

**PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA
INCLUSIVA**

elaborado por
Gracilene Lima de Vargas

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profª Ms Edna Márcia de Souza
(Presidente/Orientador)

Profª Eliana Cogoy

Profª Eveline Pasqualin

ENCRUZILHADA DO SUL, RS, Brasil
2010

*Temos o direito a sermos iguais
Quando a diferença nos interioriza;
Temos o direito a sermos diferentes,
Quando a igualdade nos descaracteriza.*

Boaventura de Souza Santos

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus familiares, que, por diversas vezes, me incentivaram e transmitiram força para prosseguir e chegar ao final desta etapa.

Ao meu filho, Luis Eduardo de Vargas Soares, pelo amor e paciência durante esta jornada.

Em especial, ao meu esposo, pelo carinho, apoio e compreensão em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, por ter me dado saúde e ter me concedido esta vitória. No corre-corre da vida, tantas vezes esquecemos de agradecer.

Também, agradeço à minha família, pelo amor, pela força, pelas orientações e por não me deixar desistir no meio do caminho.

A todos os professores do curso de Especialização que proporcionaram enriquecimento aos nossos conhecimentos.

Um agradecimento especial à minha orientadora professora Edna Márcia Souza pela dedicação na orientação desta Monografia.

Aos meus colegas, pelas horas inesquecíveis e momentos de alegria que passamos no curto espaço que convivemos durante o curso.

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

AUTOR: GRACILENE LIMA DE VARGAS
ORIENTADOR: EDNA MÁRCIA DE SOUZA
ENCRUZILHADADO SUL

Este artigo tem, como objetivo principal discutir e analisar as práticas educativas adotadas atualmente no sentido de tornar as escolas inclusivas e capacitadas para receberem alunos com necessidades especiais. Busca-se nesta nova escola oferecer a estes alunos uma educação de qualidade, que atenda seus anseios, preparando-os para o convívio com a sociedade, para o mercado de trabalho, com um ambiente compatível com suas necessidades, mantendo um bom relacionamento com os outros colegas não portadores de necessidades especiais, mas acima de tudo respeitando suas limitações. O professor, como principal agente desta transformação, questiona-se sobre sua capacitação e busca aperfeiçoar-se cada vez mais para atender com empenho e qualidade o novo aluno. A escola inclusiva é muito mais que um novo modelo curricular, ela envolve os professores, diretores, funcionários, pais e alunos, para tornar a educação igual a todos, porém sempre respeitando suas diferenças e limitações.

Palavras-chave: Educação Especial; Integração; Inclusão; Educação; Professor.

ABSTRACT

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

AUTOR: GRACILENE LIMA DE VARGAS
ORIENTADOR: EDNA MÁRCIA DE SOUZA
ENCRUZILHADADO SUL

Este artigo tem, como objetivo principal discutir e analisar as práticas educativas adotadas atualmente no sentido de tornar as escolas inclusivas e capacitadas para receberem alunos com necessidades especiais. Busca-se nesta nova escola oferecer a estes alunos uma educação de qualidade, que atenda seus anseios, preparando-os para o convívio com a sociedade, para o mercado de trabalho, com um ambiente compatível com suas necessidades, mantendo um bom relacionamento com os outros colegas não portadores de necessidades especiais, mas acima de tudo respeitando suas limitações. O professor, como principal agente desta transformação, questiona-se sobre sua capacitação e busca aperfeiçoar-se cada vez mais para atender com empenho e qualidade o novo aluno. A escola inclusiva é muito mais que um novo modelo curricular, ela envolve os professores, diretores, funcionários, pais e alunos, para tornar a educação igual a todos, porém sempre respeitando suas diferenças e limitações.

Palavras-chave: Educação Especial; Integração; Inclusão; Educação; Professor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
I O SURGIMENTO DAS ESCOLAS INCLUSIVAS.....	12
II CENÁRIO PARA A INCLUSÃO.....	14
III A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA....	17
IV A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR NA ESCOLA INCLUSIVA.....	19
V PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	20
CONCLUSÃO.....	23
REFERÊNCIAS	25

INTRODUÇÃO

A inclusão surge no cenário educacional como uma nova modalidade em que as escolas passam a rever concepções a respeito da educação, do ensinar e do aprender. Ela vem em busca de um ensino igual para todos, respeitando sempre suas diferenças e limitações (TARDIFF, 2002).

O principal objetivo da escola inclusiva é tornar igual as oportunidades educativas e sociais para todos os alunos, proporcionando a eles a mesma qualidade, mesmo conteúdo, mesmas situações. Para tanto há que haver uma flexibilização da instituição educadora, no sentido das estratégias de ensino, gestão de recursos e currículos, visto que a sala de aula está agora composta com alunos sem necessidades especiais e alunos com necessidades especiais, as mais variadas, e deverão receber por parte do professor o mesmo tipo de ensino, respeitando suas carências e potencializando o desenvolvimento de suas características (TARDIFF, 2002).

Desde 1854 até os tempos atuais, a inclusão de pessoas com necessidades especiais na educação foi um processo lento. O Brasil participou em 1990 da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, e a partir daí deu-se os primeiros passos para a escola inclusiva tornar-se realidade. A educação inclusiva passa a denominar-se educação especial com base na Declaração de Salamanca, assinada em 1994, por representantes de 92 governos e 25 organizações internacionais, constituindo um marco na construção da escola inclusiva, tendo como princípio uma “Educação para Todos” (UNESCO, 1994).

Sasaki (1997, p. 41) define inclusão como:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de

pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da via.

Os professores como agentes principais desta mudança começam a questionar-se quanto a nova situação, visto que professores regulares não receberam treinamento para isso. Ele passa não só a ensinar, mas a aprender. A busca da qualificação se torna necessária. O novo chega pedindo mudanças. E os professores buscam ferramentas que os ajudem a lidar com a nova situação (TARDIFF, 2002).

Aprender é adquirir conhecimentos, construir saberes que são ferramentas para desenvolver seu trabalho. O professor vai aprendendo a ensinar enfrentando cotidianamente diversas situações que lhe possibilitam construir tais ferramentas (TARDIF, 2002).

Uma forma de aprendizagem encontrada pelos professores regulares é a troca de experiências com as educadoras especiais da escola, que permite repensar a prática, inserir novas atividades que possa atender as necessidades do novo aluno, é uma forma de autoformação das professoras em questão, que constroem, assim, novas formas de saber (MOITA, P. 115).

Segundo Moita (1995, p. 115):

Ninguém se forma no vazio. Formar-se supõe troca, experiência, interações sociais, aprendizagens, um sem fim de relações. Ter acesso ao modo como cada pessoa se forma é ter em conta a singularidade da sua história e sobretudo o modo singular como age, reage e interage com os seus contextos.

O diretor tanto quanto o professor, também tem um papel relevante no desenvolvimento da escola inclusiva, pois ele é o fomentador dos pensamentos e ações que poderão ser desempenhadas para que a escola tenha uma estrutura adequada para a recepção do novo aluno. O diretor, como gestor, desempenha um papel de motivador neste processo de mudanças que envolve toda a estrutura da instituição (SAGE, 1999).

Uma das maiores vantagens dessa nova escola que surge é a socialização e a integração dos alunos portadores de necessidades com aqueles não portadores, a convivência estabelecida entre eles, acabará criando vínculos de amizade e afinidades, onde a ajuda passa a ser mútua, havendo em certas situações, casos negativos, isso é inegável (SAGE, 1999)

I O SURGIMENTO DAS ESCOLAS INCLUSIVAS

Até meados do século XIX, em 1854, as pessoas portadoras de alguma deficiência, fosse mental, física ou sensorial, eram excluídas da família e da sociedade, sendo esquecidos em asilos e instituições de natureza filantrópica ou religiosa, sem atendimento especial, sem atenção alguma, como nos diz Mazzotta (1996).

A partir deste ano até 1956, começam por meio de instituições privadas, a surgirem as primeiras clínicas especializadas no tratamento de deficientes. Lentamente este processo de inserção passou do âmbito da saúde para a educação, de acordo com Mazzotta (1996).

Na década de 70 a preocupação se concentra na identificação daquele portador de necessidades especiais como um ser humano, que independente de suas limitações e potencialidades começa a adquirir direitos que até então lhe eram negados, passando assim a um processo de inserção na comunidade, principalmente através da escola, que abandona seu caráter seletivo e discriminativo, segundo Mazzotta (1996).

A partir de 1957 a 1993 as ações oficiais de caráter nacional passam a ter uma relação mais estreita com a necessidade da inclusão, tornando a educação especial uma modalidade de educação escolar, que compreende um conjunto de ações , serviços educacionais especiais, tendo como principal objetivo garantir o acesso á educação escolar formal, em todo seu alcance, a todos os alunos, assegurando os mesmos direitos para o portador de necessidade especial ou não , como nos ensina Mazzotta (1996)..

Em 1990, o Brasil participa a Conferência Mundial sobre Educação para Todos na cidade de Jomtien, na Tailândia, onde se estabeleceu os primeiros ensaios da política de educação inclusiva. E em 1994, a educação inclusiva é substituída pelo conceito de educação especial e defendeu a necessidade de

inclusão dos alunos especiais no sistema regular de ensino tendo como princípio básico uma “Educação para Todos”, de acordo com Mazzotta (1996)

Segundo Mazzotta (1996) a iniciativa de tornar realidade o ensino inclusivo no Brasil, surgiu a partir do final do século XIX, tendo como base experiências norte-americanas e européias. Muitas das práticas pedagógicas aplicadas hoje tiveram seu desenvolvimento nos anos 60. A partir deste período notou-se também que a forma como a sociedade vê os as pessoas com deficiência começou a sofrer leves alterações.

Neste processo de abertura da escola regular para os alunos portadores de necessidades educativas especiais (NEE), os pais adquirem um papel especial também no processo educativo dos filhos, procurando inserir o assunto aos filhos portadores ou não da nova situação (MAZZOTTA, 1996).

Com essa nova postura as escolas, a partir deste momento, passam a atender todos os alunos independentemente de suas diferenças. Para tanto a escola há que sofrer várias adaptações para se ajustar a nova realidade de ensino. Rever projetos pedagógicos, currículo, metodologia de ensino, avaliação e atitude dos professores, metodologias que facilitem a inserção do novo aluno e transição para esta integração social, sem perder a qualidade do ensino oferecido (MAZOTTA, 1996).

II CENÁRIO PARA A INCLUSÃO

O tema da inclusão tomou um grande espaço nas discussões entre a sociedade, principalmente por envolver uma legislação vigente que ampara todo esse processo (MARTIN e JESUS, 2010).

Para que uma transformação desta envergadura surta os resultados desejados é necessário analisar os contextos políticos, social e educacional brasileiro, para que se possa discutir com mais clareza e analisar com mais precisão todas os desafios encontrados por este projeto (MARTIN e JESUS, 2010).

A Constituição Federal além de estabelecer como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (C.F., art. 1º inc. II e III), e ter como um de seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e credo, também recomenda o direito à igualdade (C.F., art. 5º) e a educação para todos indistintamente. Esses direitos devem visar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (C.F. , art. 205).

A Constituição Federal trás em seus artigo 206, inciso e artigo 208, inciso V, respectivamente:

Igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206 inc. I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística segundo a capacidade de cada um (art.208).

Entende-se, portando que ao garantir a todos o direito e acesso à educação, toda escola, reconhecida pelos órgãos oficiais, deverão estar cientes e aptos a atender os princípios da Carta Magna, tornando-se então numa escola inclusiva, zelando pela igualdade de direitos a todos.

A educação inclusiva tem seu espaço também defendido pela LDB n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu capítulo V:

Da Educação Especial - art. 58: *Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.*(LEI DE DIRETRIZES E BASES N°9394/96, Capítulo V, Art.58, 1996).

Transformar o ensino regular numa escola inclusiva é um processo lento, visto que são muitas as incógnitas a serem revistas. Há uma cultura em questão, uma sociedade em que o preconceito ainda impera. Inserir um aluno com necessidades especiais numa sala de aula regular, exige, principalmente rever a forma como os deficientes são vistos, principalmente pelos alunos regulares, aqueles que já estão inseridos neste contexto, para que o aluno que está chegando não sofra ainda mais com suas diferenças. Caberá ao professor, como mestre, guiar a nova turma, buscando levar da maneira mais clara possível o entendimento da situação por ambas as partes (MARTIN e JESUS, 2010).

Segundo (MARTIN e JESUS, 2010) para que essa transição ocorra de maneira mais amena, há que ser considerado pelas políticas públicas alguns fatores:

- Os ambientes físicos deverão ser repaginados para receber o novo público, e isso requer investimento em infra-estrutura e equipamentos.

- A comunidade reluta ao diferente, o que incorre que poderá haver rejeição por parte dos outros alunos em relação ao novo colega portador de necessidade especial, visto que eles não foram educados para tratar de uma situação como esta naturalmente.

- O professor, principal agente destas mudanças, necessitará de algum tempo para se inserir na nova situação e adequar-se às novas práticas pedagógicas, rever conceitos, reciclar-se, reaprender, adaptar-se e ajudar seus alunos a entenderem este processo.

Se considerarmos que o ensino regular tem excluído, sistematicamente, larga parcela da população escolar por apresentar problemas pessoais das mais diversas origens, então será possível ter uma boa idéia de como a inclusão é desafiadora (BUENO, 1999)

Os professores por serem os principais agentes dessa transição, são os que mais sofrem com a mudança, pois há um despreparo muito grande na sua formação, que inclui como lidar com alunos indisciplinados ou problemáticos, não com necessidades especiais. Cabe a eles saírem a luta, a procura de uma especialização, de uma reaprendizagem.

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa de seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa auto-estima resultante da exclusão escolar e da social – alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem, em todos os seus sentidos. (MANTOAN, 2003, p. 27).

A escola inclusiva exige um novo profissional, apto às mudanças, que busque nas novas práticas pedagógicas alicerce para poder desenvolver dentro da sala de aula um trabalho homogêneo, respeitando as diferenças e desenvolvendo as potencialidades dos seus alunos, portadores ou não de necessidades especiais (MARTIN e JESUS, 2010).

Não se trata de dar mais a quem tem menos ou de partir do que os alunos não sabem, tal como acontece habitualmente na educação compensatória. Numa educação diferenciada criam-se situações que permitam partilhar o que cada um tem, a partir do que cada aluno sabe (CADIMA, 1995 in MARTIN e JESUS,2010).

A escola inclusiva exige o desenvolvimento de uma pedagogia diferenciada que valoriza o sentido social das aprendizagens e permita gerir as diferenças do grupo, através das diferenças de cada um.

III A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O professor, como principal figura desta transformação, deve estar em constante formação para que ele possa lidar com o aluno especial de maneira a atendê-lo com qualidade e em conformidade com suas limitações. Conforme já destacava Piaget (1984, p. 62)

(...) a preparação dos professores constitui questão primordial de todas as reformas pedagógicas em perspectiva, pois, enquanto não for a mesma resolvida de forma satisfatória, será totalmente inútil organizar belos programas ou construir belas teorias a respeito do que deveria ser realizado. Ora esse assunto apresenta dois aspectos. Em primeiro lugar, existe o problema social da valorização ou da revalorização do corpo docente primário e secundário, a cujos serviços não é atribuído o devido valor pela opinião pública, donde o desinteresse e a penúria que se apoderaram dessas profissões e que constituem um dos maiores perigos para o progresso, e mesmo para a sobrevivência de nossas civilizações doentes. A seguir, existe a formação intelectual e moral do corpo docente, problema muito difícil, pois quanto melhores são os métodos preconizados para o ensino mais penoso se tornam o ofício do professor, que a pressupõe não só o nível de uma elite do ponto de vista dos conhecimentos do aluno e das matérias como também uma verdadeira vocação para o exercício da profissão. Para esses dois problemas existe uma única e idêntica solução racional: uma formação universitária completa para os mestres de todos os níveis (pois quanto mais jovens são os alunos, maiores dificuldades assumem o ensino, se levado a sério).

Segundo Perrenoud (2000) na condição de profissionais reflexivos, os professores devem estar sempre atualizados quanto ao surgimento de novas práticas pedagógicas e também ter uma maior acuidade no desenvolvimento de habilidades para identificar, definir, projetar, avaliar os desafios encontrados.

De acordo com Perrenoud (2000) o professor deve se manter num processo contínuo de aprendizagem e interação com outros profissionais, pois esta troca de informações e vivências entre diferentes profissionais, com diferentes turmas ou não, gera novas concepções, novos pontos de vista no sentido de desenvolver as competências docentes e aumentar a produtividade em sala de aula.

Bueno (1999) nos ensina que num ensino de qualidade para crianças com necessidades especiais, que busca uma educação inclusiva, envolve a formação de dois tipos de profissionais:

- professores “generalistas” do ensino regular, com formação mínima de conhecimento e prática sobre alunado diversificado; e

- professores “especialistas” nas diferentes “necessidades educacionais especiais”, que o torna apto ao atendimento à essa população e para prestar apoio ao trabalho realizado pelos profissionais de classes regulares que integrem esses alunos. Este profissional participa ativamente de todas ações, opina e discute com o professor regular, fazendo parte de todo o planejamento. Neste caso, há uma troca de experiências, um enriquecimento de ambas as partes (BUENO, 1999).

IV A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR NA ESCOLA INCLUSIVA

A escola inclusiva requer não apenas conhecimento, requer uma estrutura institucional condizente a nova realidade, um clima motivacional entre os envolvidos neste processo, professores, alunos e funcionários (TEZANI, 2004)

À gestão escolar cabe muito mais do que uma técnica, cabe incentivar a troca de idéias, a discussão, a observação, as comparações, os ensaios e os erros, é liderar com profissionalismo pedagógico. Cada escola tem sua própria personalidade, suas características, seus membros, seu clima, sua rede de relações (TEZANI, 2004, p. 177).

O diretor da escola pode ser associado ao presidente de uma empresa, pois não obstante, ele administra a instituição, a ele cabe toda a responsabilidade pelos atos praticados pelo quadro funcional. Numa escola inclusiva, onde as mudanças atingem a todos de maneira a rever conceitos e condicionamento em sala de aula, o diretor apresenta-se como elemento chave, na motivação de sua equipe, na busca de equipamentos junto a órgãos competentes e na repaginação da instituição que receberá agora alunos com as mais diversas necessidades especiais (SAGE, 1999).

O diretor é de fundamental importância na superação dessas barreiras previsíveis e pode fazê-lo através de palavras e ações adequadas que reforçam o apoio aos professores (SAGE, 1999, p. 138).

De acordo com Sage (1999) os gestores escolares se tornam fundamentais neste processo pela sua liderança e capacidade de manter a estabilidade do sistema e de coordenar os trabalhos nos diferentes níveis envolvidos.

Planejar, definir metas e buscar recursos para que esta nova modalidade de ensino torne-se uma realidade são tarefas do gestor, ou seja, do diretor. A ele, cabe também, manter sua equipe envolvida no projeto motivando sua capacitação profissional e discutindo com eles as novas práticas pedagógicas (SANT'ANA, 2005).

Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas (SANT'ANA, 2005, p. 228).

V PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A busca incessante pela especialização e pelo acúmulo de conhecimento, faz do professor um profissional incansável nos seus questionamentos quanto à sua formação, às dificuldades encontradas para que ensino chegue a esses alunos portadores de necessidades especiais com a mesma qualidade que chega ao aluno não portador, tornando-os cidadãos formadores de opinião. Este profissional necessita ser apoiado e valorizado, para tanto faz-se necessário “a preparação de todo o pessoal que constitui a educação, como fator chave para a promoção e progresso das escolas inclusivas” (SALAMANCA p. 27). E também, “a provisão de serviços de apoio é de importância primordial para o sucesso das políticas educacionais inclusivas.” (SALAMANCA p. 31).

Uma das técnicas pedagógicas aplicadas no ambiente escolar para contribuir com o melhoramento da aprendizagem é o uso das Tecnologias Assistivas devido a versatilidade de linguagens envolvidas, como movimentos, cores, sons, emoções, relacionamentos com pessoas e dados concretos (PFROMM NETO, 2001).

O mesmo autor nos relata que:

O trabalho precisa ser minucioso e não admite improvisações ou adaptações ao acaso. Demandam materiais e programas bem estruturados, sistemáticos, com informações organizadas em seqüências apropriadas, com palavras e imagens cuidadosamente selecionadas para facilitar a compreensão, a retenção e a execução dos conhecimentos (PFROMM NETO, 2001, p. 74).

A falta de recursos é um dos principais desafios a ser ultrapassado para a obtenção do sucesso dessa nova modalidade de ensino. O professor necessita capacitar-se para que possa lidar com firmeza e coerência com as novas situações que irá apresentar-se em sua sala de aula (PIMENTA, 2002).

Pimenta (2002), defende o desenvolvimento de grupos de profissionais intelectuais, que busquem novas teorias e através delas surja novas práticas pedagógicas diferenciadas, atualizadas e condizentes com a realidade das salas de aula. Nesse processo são trabalhadas a elaboração, definição, interpretação de programas e currículos.

Os cursos de Graduação de Pedagogia, fornecem aos professores-alunos recursos tecnológicos como elementos de inclusão acadêmica e social e conhecimento de práticas diferenciadas (Pimenta, 2002).

A criatividade, também se manifesta como uma ferramenta no desenvolvimento de habilidades e capacidades, pois é resultado de experiências acumuladas e do desenvolvimento pessoal, assim como dos recursos disponibilizados pela escola (Pimenta, 2002).

Segundo Tardiff (2002), a aprendizagem ou reaprendizagem pelo corpo docente para trabalhar com o novo aluno pode se dar de várias formas, porém há que se destacar a importância da experiência de trabalho com esses alunos; o fator tempo que dá ao professor uma bagagem inestimável e a relação interpessoal com outros colegas, num processo interativo e dinâmico.

De acordo com Tardif (2002, p. 108):

É apenas ao cabo de um certo tempo – tempo da vida profissional, tempo da carreira – que o *Eu pessoal* vai se transformando pouco a pouco, em contato com o universo do trabalho, e se torna um *Eu profissional*. A própria noção de experiência, que está no cerne do Eu profissional dos professores e de sua representação do saber ensinar, remete ao tempo, concebido como um processo de aquisição de um certo domínio do trabalho e de um certo conhecimento de si mesmo.

A história de vida de cada profissional é uma importante ferramenta na busca da excelência em ensinar. Sua vivência em sala de aula e a busca da melhoria na sua capacitação, são ações que contribuem para o crescimento

pessoal e intelectual do profissional, dando a ele o domínio necessário para executar sua missão (TARDIFF, 2002).

CONCLUSÃO

Conclui-se com este estudo que a escola inclusiva é o conjunto de esforços entre professores, diretores, pais, alunos, funcionários e comunidade no intuito de mudar muito mais que conceitos, tem a missão de mudar uma cultura que tem no portador de necessidade especial como um ser alheio ao convívio social. Essa nova escola chega para dar a este aluno aparato teórico idêntico ao aluno regular, prezando pela igualdade, por uma escola para todos. Nesta nova modalidade, objetiva-se que o aluno especial tenha as mesmas oportunidades que o aluno regular, para que ele tenha possibilidade de ao ser inserido na sociedade, ser também um formador de opinião, respeitado e ciente de seus direitos e deveres.

A escola inclusiva trás ao professor um grande desafio, pois sua formação regular não o prepara para lidar com alunos especiais, o treinou para enfrentar, por exemplos, alunos com problemas de indisciplina. A partir do momento que a nova modalidade escolar insere no meio educacional uma nova concepção de ensino,, uma educação igual para todos, independentemente de suas diferenças, o professor passa a ser novamente um aprendiz. Começa uma jornada em busca de conhecimentos específicos, troca experiências com outros profissionais já envolvidos na nova área, passa a discutir e analisar as práticas pedagógicas que norteiam seu trabalho, assim como, buscar novas práticas que possam auxiliar no desempenho de suas funções. Sua sala de aula ganha uma nova configuração, e à medida que ele ensina passa a aprender diariamente, juntamente com seus alunos, a lidar e se comportar diante das novas situações.

O diretor da escola desempenha neste processo de transformação um papel de suma importância. É, através de sua liderança, de seu poder de organização e coordenação, que dependerá o sucesso de sua instituição na implantação da escola inclusiva. Acolher este novo aluno, requer adaptações desde a formação de recursos humanos, materiais, financeiros e curriculares. Ao diretor cabe, junto de

sua equipe, implementar programas que busquem o apoio da comunidade e dos pais, no sentido de compreender essa nova modalidade. Manter seu quadro funcional e aberto às mudanças que chegam, é também função do gestor, incentivando-os a buscarem uma especialização e atualização quanto às novas práticas pedagógicas que se apresentam.

A escola, formadora de formadores de opiniões, é o principal meio de mudanças, principalmente as culturais. Os portadores de necessidades especiais, ganham nesta nova modalidade um espaço igual ao aluno regular. A escola funcionará como uma incubadora desses alunos, que passarão a conviver dia-a-dia com os outros colegas portadores ou não de necessidades. Sentirão as dificuldades que encontrariam fora dos muros da escola. Aprenderão a lidar com essas situações. O professor como principal mediador dessas mudanças, será o maestro dessa orquestra, onde os “músicos” terão que desenvolver suas habilidades harmônicas e aprenderem todos juntos a seguirem o mesmo ritmo.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete F. **Inclusão social e municipalização**. In: MANZINI, Eduardo J. (Org.). **Educação especial: temas atuais**. Marília: UNESP, Publicações, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1998

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

_____. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

BUENO, José G. S. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br//art_crianças_com_necessidades_ee.asp> Acesso em: 18/08/2010.

CADIMA, Princípios subjacentes ao conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE)

JESUS, Saul Neves de; MARTIN, Maria Helena. **Práticas pedagógicas para a construção de uma nova escola inclusiva**. Disponível em: www.pedagobrasil.com.br/educacaoespecial/praticaseducativas.htm. Acessado em: 17/08/2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon/ SENAC, 1997.

MARTIN, Maria Helena; JESUS, Saul Neves de. **PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA**. Disponível em: www.pedagobrasil.com.br/educacaoespecial/praticaseducativas.htm. Acessado em 18/08/2010.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo, Cortez. 1996.

MOITA, M. C. **Percursos de formação e transformação**. In: NÓVOA, A. (Org.) **Vidas de professores**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia Diferenciada: das intenções à ação.** Artmed. Ed. Porto Alegre, 2000.

PFROMM NETTO, S. **Telas que ensinam: mídia e aprendizagem do cinema ao computador.** São Paulo: Alínea, 2001.

PIMENTA, S. e ANASTASIOU, L. **Docência no Educação Superior.** São Paulo: Cortez, 2002.

SAGE, Daniel D. **Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo.** In: STAINBACK, Susan; STAINBACK William (Orgs.). **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SANT'ANA, Izabella M. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores.** *Psicologia em Estudo, Maringá*, v. 10, n. 2, p. 227-234, maio/ago., 2005.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

TEZANI, Thaís C. R. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão.** Dissertação – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.